

RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO 2013

MENSAGEM DO PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Prezados Acionistas,
Em 2013, o Conselho de Administração, em conjunto com a Diretoria, revisou a missão, a visão de futuro e os valores do Grupo Neoenergia. Com essa iniciativa e face aos novos desafios apresentados para o setor energético no Brasil, o Grupo renovou seu compromisso com o desenvolvimento sustentável do país e reformulou o enunciado de sua Missão: "Ser a energia que movimenta e ilumina a vida para o bem-estar e o desenvolvimento da sociedade". Essa é a razão de ser do Grupo Neoenergia. E esse compromisso se confirmou por meio dos investimentos feitos pelo Grupo na geração, transmissão e distribuição de energia. Em 2013 foram investidos R\$ 2,9 bilhões, sendo R\$ 1,6 em distribuição, R\$ 1,26 em geração e R\$ 28 milhões em transmissão.

Transformação socioeconômica nas regiões onde atua, respeito pelo cliente, foco nas pessoas, atuação sem fronteiras, integridade, sustentabilidade e criação de valor para seus acionistas. Esses valores, aliados à transparência e à solidez do Grupo Neoenergia, levaram a agência de rating S&P reafirmar, em 2013, pelo quarto ano consecutivo, sua nota máxima na escala nacional (brAAA) e grau de investimento na escala global (BBB-).

Como parte integrante deste que é um dos 40 maiores grupos econômicos do Brasil, a SE Narandiba S.A. está ciente da sua contribuição para o desenvolvimento sustentável do País e preparada para prosseguir com o propósito firme de ser admirado pelos seus clientes, governo e colaboradores e reconhecido, nacionalmente, como referência em inovação, padrões de operação, qualidade de atendimento, rentabilidade e crescimento.

Marco Geovanne Tobias da Silva
Presidente do Conselho de Administração

1. BREVE HISTÓRICO DA COMPANHIA

A SE Narandiba S.A. ("SE Narandiba" ou "Companhia") é uma companhia fechada estabelecida em 18 de agosto de 2008, controlada 100% pela Neoenergia, com sede no Rio de Janeiro. A companhia é uma sociedade de propósito específico (SPE) e possui 100% de participação nas Subestações de Narandiba, Brumado II e Extremoz II.

2. DESEMPENHO DO NEGÓCIO

A Subestação Narandiba, que atende à população de Salvador, entrou em operação em 2010 com potência instalada de 200MVA. Esse empreendimento foi concebido com equipamentos de última geração, que oferecem mais confiabilidade e segurança à operação, além de ocupar menos espaço. Sua construção teve baixo impacto ambiental e fez parte do Programa de Aceleração de Crescimento (PAC), do Governo Federal.

Através da Resolução Autorizativa nº 3.230, publicada no dia 15 de Dezembro de 2011, a SE NARANDIBA S.A foi autorizada a implantar reforços em nas instalações da Subestação Narandiba. Em 2013 foram realizados os reforços e a obra foi concluída em fevereiro de 2014.

A Subestação Extremoz II está localizada no município de Extremoz, a cerca de 16 km de Natal, a subestação permitirá atender à crescente demanda de energia no setor norte da Região Metropolitana de Natal, capital do estado, bem como auxiliar no escoamento oriundo da expansão do parque eólico do Estado e foi arrematada no lote G do Leilão de Transmissão nº 006/2011 realizado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) no dia 16/12/2011. A construção da subestação Extremoz II pela Narandiba S.A. irá proporcionar maior segurança e confiabilidade ao sistema na cidade de Natal, estado do Rio Grande do Norte. A construção deve gerar 237 empregos diretos e a entrada em operação comercial está prevista para abril de 2014.

A Subestação Brumado II está localizada no estado da Bahia e beneficiará a Região Sudoeste da Bahia, composta por 30 municípios, entre os quais se destacam, Brumado e Vitória da Conquista, ampliando a oferta e melhorando os níveis de tensão e a confiabilidade do sistema elétrico regional. Será instalado um transformador de 100 MVA 230/138 kV e as Conexões de Unidades Transformadoras, Entradas de Linha, Interligações de Barras; barramentos, instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio. A obra está prevista para ser concluída em agosto de 2014 e a concessão é válida por 30 anos.

3. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Dados Econômico-Financeiro - R\$ mil	2012	2013	Δ%
Recita Operacional Bruta	19.850	35.594	79,3%
Recita Operacional Líquida	19.540	35.148	79,9%
EBITDA	6.097	9.449	55,0%
Resultado do Serviço	6.096	9.448	55,0%
Resultado Financeiro - Exceto JSCP	(2.035)	(1.402)	(31,1%)
Lucro Líquido	3.837	7.797	103,2%
Ativo Total	83.467	104.347	25,0%
Investimento	11.750	21.662	84,4%
Dívida Bruta	36.910	39.094	5,9%
Dívida Líquida1	28.482	38.659	35,7%
Patrimônio Líquido	45.024	57.519	27,8%

Indicadores Econômico-Financeiros*	2012	2013	Δ%
Margem EBITDA	31,20%	26,88%	(4,32 p.p.)
Margem Líquida	19,64%	22,18%	2,55 p.p.
Dívida Líquida/EBITDA	4,671	4,091	(12,4%)

1 Dívida total líquida das disponibilidades e aplicações em títulos 2 p.p. - pontos percentuais
Atendendo a Instrução CVM nº 527 demonstramos no quadro abaixo a conciliação do EBITDA (sigla em inglês para Lucro Antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização, LAJIDA) e, complementamos que os cálculos apresentados estão alinhados com os critérios dessa mesma instrução:

Conciliação de EBITDA - R\$ mil	2012	2013	Δ%
Lucro Líquido	3.837	7.797	103,2%
Imposto de Renda e CSLL	224	249	11,2%
Recita Financeira	(261)	(295)	13,0%
Despesa Financeira	2.296	1.697	(26,1%)
Amortização/Depreciação	1	1	-
EBITDA	6.097	9.449	55,0%

4. ENDIVIDAMENTO

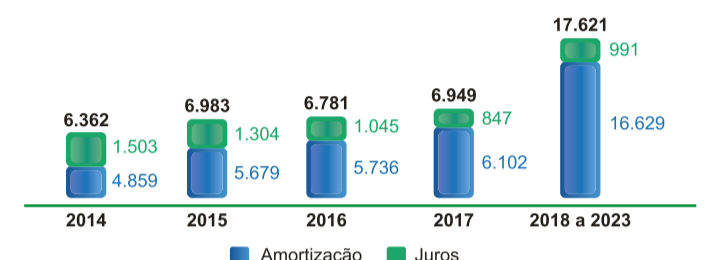
4.1. PERFIL DA DÍVIDA

A Companhia realizou, em junho de 2010, captação de recursos com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social – BNDES e com o Banco do Brasil na forma de repassador dos recursos, no valor de R\$ 38,9 milhões, prazo de 8 anos sendo 24 meses de carência para amortização do principal, com juros pagos no vencimento e custo de 4,5% a.a. com o objetivo de construir a subestação Narandiba.

Em dezembro de 2012 a Companhia realizou duas captações de recursos junto ao BNDES com o Banco do Brasil na forma de repassador, no valor de R\$ 8,2 milhões e R\$ 5,5 milhões, prazo de 8 anos sendo 24 meses de carência para amortização do principal, com juros pagos mensalmente e custo de 2,5% a.a. para ambos financiamentos.

Até dezembro de 2013, foi liberado o montante de R\$ 1,6 milhões do contrato de R\$ 8,2 milhões e a integralidade dos outros dois contratos. A dívida bruta consolidada da Companhia foi de R\$ 39 milhões.

Cronograma de Vencimento da Dívida (R\$ Mil)



5. AGRADECIMENTOS

Ao reconhecermos que o resultado alcançado é consequência da união e do esforço de nossos colaboradores e do apoio, empenho, incentivo e profissionalismo recebidos dos públicos com os quais nos relacionamos, queremos expressar nossos agradecimentos aos nossos acionistas, aos nossos clientes, fornecedores, aos Governos Municipais, Estaduais e Federal e demais autoridades, às Agências Reguladoras e aos Agentes do Setor.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

	Em milhares de reais		
	Notas	2013	2012
RECEITA LÍQUIDA	18	35.148	19.540
CUSTOS DOS SERVIÇOS	19	(25.284)	(13.118)
LUCRO BRUTO		9.864	6.422
Despesas gerais e administrativas		(416)	(326)
LUCRO OPERACIONAL		9.448	6.096
Receitas financeiras	20	295	261
Despesas financeiras	21	(1.697)	(2.296)
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		8.046	4.061
Imposto de renda e contribuição social		(249)	(224)
Corrente		(249)	(224)
LUCRO ANTES DAS PARTICIPAÇÕES MINORITÁRIAS		7.797	3.837
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		7.797	3.837
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO POR AÇÃO DO CAPITAL - R\$ Ordinária		0,15	0,09

A Companhia não possui outros resultados abrangentes
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

	Em milhares de reais	
	2013	2012
FLUXO DE CAIXA OPERACIONAL		
Lucro Líquido do Exercício (Antes dos Impostos)	8.046	4.061
AJUSTES PARA CONCILIAR O LUCRO AO CAIXA ORIUNDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Depreciação e amortização	1	1
Encargos de dívidas e atualizações monetárias e cambiais	1.661	1.680
	9.708	5.742
(AUMENTO) REDUÇÃO DOS ATIVOS OPERACIONAIS		
Contas a receber de clientes e outros	16	(67)
IR e CSLL a Recuperar	(100)	(58)
Impostos e contribuições a recuperar, exceto IR e CSLL.	(944)	(47)
Depósitos judiciais	(11)	-
Despesas pagas antecipadamente	3	21
Concessão Serviço Público (Ativo Financeiro)	(5.909)	(1.831)
Outros ativos	2.039	(2.036)
	(4.906)	(4.018)

	2013	2012
AUMENTO (REDUÇÃO) DOS PASSIVOS OPERACIONAIS		
Fornecedores	1.403	470
Encargos de dívidas e swap pagos	(1.635)	(2.023)
Taxas regulamentares	35	29
Imposto de renda (IR) e Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL) pagos	(145)	(139)
Impostos e Contribuições a recolher, exceto IR e CSLL	204	(73)
Outros passivos	9	7
	(129)	(1.729)
CAIXA ORIUNDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	4.673	(5)
ATIVIDADE DE INVESTIMENTO		
Concessão Serviço Público (Ativo Financeiro)	(24.061)	(12.842)
Aplicação em títulos e valores mobiliários	-	(90)
Resgate de títulos e valores mobiliários	339	-
GERAÇÃO (UTILIZAÇÃO) DE CAIXA EM ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(23.722)	(12.932)
ATIVIDADE DE FINANCIAMENTO		
Aumento/(Redução) de Capital	9.285	20.397
Captação de Empréstimos e financiamentos	7.017	-
Amortização do principal de empréstimos, financiamentos	(4.859)	(2.024)
Pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio	(48)	(16)
UTILIZAÇÃO DE CAIXA EM ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	11.395	18.357
AUMENTO (REDUÇÃO) NO CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	(7.654)	5.420
Caixa e equivalentes no início do exercício	8.089	2.669
Caixa e equivalentes no final do exercício	435	8.089
VARIAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA	(7.654)	5.420

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

	2013	2012
2.6. Instrumentos financeiros		
a) Ativos financeiros		
Os ativos financeiros da Companhia estão classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado (os mantidos para negociação e os designados assim no reconhecimento inicial), empréstimos e recebíveis e investimentos mantidos até o vencimento.		
Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de ativos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.		
Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, títulos e valores mobiliários, concessão de serviço público e outros créditos.		
a.1) Mensuração subsequente dos ativos financeiros		
A mensuração subsequente de ativos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:		
• Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado		
Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo.		
Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidas na demonstração do resultado.		
• Empréstimos e recebíveis		
Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos (taxa de juros efetiva), menos perda por redução ao valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou "prêmio" na aquisição e taxas ou custos incorridos. A apropriação no resultado ocorre pelo método de juros efetivos incluído na linha de receita financeira na demonstração de resultado. As eventuais perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas como despesa financeira no resultado.		

BALANÇOS PATRIMONIAIS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

		Em milhares de reais		
ATIVO	Notas	2013	2012	PASSIVO
CIRCULANTE				CIRCULANTE
Caixa e equivalentes de caixa	4	435	8.089	Fornecedores
Contas a receber de clientes e demais contas a receber	5	578	594	Empréstimos e financiamentos
Títulos e valores mobiliários	6	-	3	Taxas regulamentares
Impostos e contribuições a recuperar	7	5.892	4.940	Impostos e contribuições a recolher
Despesas pagas antecipadamente		85	88	Dividendos e juros sobre capital próprio
Concessão do serviço público (ativo financeiro)	11	9.042	5.361	Outros passivos circulantes
Outros ativos circulantes		21	2.061	TOTAL DO CIRCULANTE
TOTAL DO CIRCULANTE		16.053	21.136	NÃO CIRCULANTE
NÃO CIRCULANTE				Empréstimos e financiamentos
Títulos e valores mobiliários	6	-	336	Taxas regulamentares
Depósitos judiciais	8	11	-	Outros passivos não circulantes
Concessão do serviço público (ativo financeiro)	11	88.283	61.994	TOTAL DO NÃO CIRCULANTE
Intangível	10	-	1	PATRIMÔNIO LÍQUIDO
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		88.294	62.331	Capital social
TOTAL DO ATIVO		104.347	83.467	Reservas de lucro
				Proposta de distribuição de dividendos adicional
				TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
				TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

		Em milhares de reais			
		Reservas de Lucros		Proposta de Distribuição de Dividendos adicional	Total do Patrimônio Líquido
		Reserva Legal	Lucros/Prejuízos Acumulados		Líquido
Saldos em 01 de janeiro de 2012	Capital Social	8	-	47	16.055
Aumento de Capital	16.000	-	-	-	26.090
Lucro líquido do exercício	26.090	-	3.837	-	3.837
Aprovação da proposta de dividendos	-	-	-	(47)	(47)
Destinações:					
Reserva Legal	-	192	(192)	-	-
Dividendos propostos	-	-	(3.645)	2.734	(911)
Saldos em 31 de dezembro de 2012	42.090	200	-	2.734	45.024
Aumento de Capital	9.285	-	-	-	9.285
Lucro líquido do exercício	-	-	7.797	-	7.797
Aprovação da proposta de dividendos	-	-	-	(2.734)	(2.734)
Destinações:					
Reserva Legal	-	389	(389)	-	-
Dividendos Mínimos Propostos	-	-	(1.853)	-	(1.853)
Dividendos propostos com reservas	-	-	-	-	-
Dividendos propostos	-	-	(5.555)	5.555	-
Saldos em 31 de dezembro de 2013	51.375	589	-	5.555	57.519

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1. Informações Gerais

A SE Narandiba S.A. ("SE Narandiba" ou "Companhia") é uma sociedade de propósito específica (SPE) e foi constituída em 18 de agosto de 2008, criada com o propósito de reforçar o suprimento de energia para a Região Metropolitana de Salvador por meio de uma subestação de energia com concessão obtida em leilão de transmissão realizado em três de outubro de 2008. A subestação entrou em operação comercial em junho de 2011.

Em 06 de dezembro de 2011, foi autorizada através da Resolução Autorizativa nº 3.230, a ampliar a Subestação de Narandiba no Estado da Bahia. A ampliação foi concluída em fevereiro de 2014.

A Narandiba arrematou em junho de 2012, a concessão para Construção, Operação e a Manutenção da expansão da Subestação Brumado II localizada no estado da Bahia. A subestação beneficiará a Região Sudoeste da Bahia, composta por 30 municípios, entre os quais se destacam, Brumado e Vitória da Conquista, ampliando a oferta e melhorando os níveis de tensão e a confiabilidade do sistema elétrico regional, a obra está prevista para ser concluída em agosto de 2014.

A Administração da Companhia autorizou a conclusão da elaboração das demonstrações contábeis em 20 de março de 2014, as quais estão expressas em milhares de reais, arredondadas ao milhar mais próximo, exceto quando indicado.

2. Elaboração e Apresentação das Demonstrações Financeiras

2.1. Base de apresentação

As demonstrações financeiras da Companhia para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB.

A preparação das demonstrações contábeis requer o uso de estimativas contábeis, baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. As principais estimativas relacionadas às demonstrações contábeis referem-se ao registro dos efeitos decorrentes da provisão para contingência, realização de impostos, contribuições sociais diferidas e base de determinação do ativo financeiro.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente. A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações técnicas emitidas pela CVM e CPC que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2013.

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo foram aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras.

2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em milhares de Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia.

2.3. Reconhecimento de receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita líquida é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e encargos sobre vendas.

a) Receita de concessão:

Receita de operação e manutenção

A receita de operação e manutenção é reconhecida pelo montante destinado pelo poder concedente para fazer face aos custos de operação e manutenção dos ativos de transmissão.

Receita de construção

A ICPC 01 estabelece



Investimentos mantidos até o vencimento

Ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e vencimentos fixos são classificados como mantidos até o vencimento quando a Companhia tiver manifestado intenção e capacidade financeira para mantê-los até o vencimento. Após a avaliação inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são avaliados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, menos perdas por redução ao valor recuperável.

a.2) Desreconhecimento (baixa) dos ativos financeiros

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem;
- A Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de "repasso"; e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo.

b) Passivos financeiros

Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

Os passivos financeiros da Companhia incluem contas a pagar a fornecedores, empréstimos e financiamentos e outras contas a pagar.

b.1) Mensuração subsequente dos passivos financeiros

A mensuração dos passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

• Empréstimos e financiamentos

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa efetiva de juros.

b.2) Desreconhecimento (baixa) dos passivos financeiros

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

2.7. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem saldos de caixa, depósitos bancários à vista e as aplicações financeiras com liquidez imediata, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

2.8. Contas a receber de clientes e outros

Representam direitos oriundos da disponibilização do uso das linhas de transmissão, e conexão ao Sistema de Transmissão. São considerados ativos financeiros classificados como empréstimos e recebíveis.

2.9. Títulos e valores mobiliários

São classificados como ativos financeiros mantidos até o vencimento, e estão demonstrados ao custo amortizado, acrescido das remunerações contratadas, reconhecidas proporcionalmente até as datas base das demonstrações contábeis, equivalentes ao seu valor justo.

2.10. Recebíveis de concessão de serviço público

Refere-se ao direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente ou indiretamente, através da receita anual permitida (RAP) e da parcela de indenização do poder concedente ao final da concessão, decorrente da aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 - Contratos de Concessão e da Orientação Técnica OCP 05 - Contratos de concessão. O ativo financeiro é remunerado pela taxa interna de retorno do projeto que foi utilizada para desconto a valor presente do fluxo esperado de recursos incondicionais a serem recebidos ao longo da concessão e da parcela da indenização a ser recebida no retorno dos ativos ao poder concedente.

Os ativos financeiros estão classificados como contas a receber (Recebíveis de Concessão de Serviços Públicos) e são mensurados pelo custo amortizado usando o método de juros efetivo, utilizado para a apuração da taxa interna de retorno do projeto. Conforme previsto no CPC 38 - Reconhecimento e mensuração.

O valor reconhecido do ativo financeiro, suas estimativas de fluxos de caixa futuros e taxas efetivas de juros, serão revisados trimestralmente, a cada data base de reajuste anual pelo IGPM, e na revisão tarifária, que ocorre a cada cinco anos. A próxima revisão tarifária esta prevista para 12 de abril de 2015.

2.11. Empréstimos e financiamentos

As obrigações em moeda nacional e estrangeira são atualizadas pela variação monetária e pelas taxas efetivas de juros, incorridos até as datas dos balanços, de acordo com os termos dos contratos financeiros, deduzidas dos custos de transação incorridos na captação dos recursos.

Todos os outros custos com empréstimos são reconhecidos no resultado do período, quando incorridos.

2.12. Taxas Regulamentares

a) Reserva Global de Reversão (RGR)

Encargo do setor elétrico pago mensalmente pelas empresas concessionárias de energia elétrica, com a finalidade de prover recursos para reversão, expansão e melhoria dos serviços públicos de energia elétrica. Seu valor anual equivale a 2,5% dos investimentos efetuados pela concessionária em ativos vinculados à prestação do serviço de eletricidade, limitado a 3,0% de sua receita anual. Com a edição da Lei 12.783/2013, a partir de 1º de janeiro de 2013, foram desobrigadas ao recolhimento das quotas anuais da RGR as concessionárias de serviço público de transmissão de energia elétrica licitadas a partir de 12 de setembro de 2012, a Companhia não está enquadrada na desobrigação por ser tratar de uma concessão licitada anterior a data determinada pela lei.

b) Conta de Desenvolvimento Energético (CDE)

Tem o objetivo de promover o desenvolvimento energético dos Estados e a competitividade da energia produzida, a partir de fontes alternativas, nas áreas atendidas pelos sistemas interligados, permitindo a universalização do serviço de energia elétrica. Os valores a serem pagos também são definidos pela ANEEL.

c) Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) - Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDC) e Empresa de Pesquisa Energética (EPE)

São programas de reinvestimento exigidos pela ANEEL para as distribuidoras, transmissoras e geradoras de energia elétrica, que estão obrigadas a destinar, anualmente, 1% de sua receita operacional líquida para aplicação nesses programas.

d) Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica (TFSEE)

Os valores da taxa de fiscalização incidentes sobre a distribuição de energia elétrica são diferenciados e proporcionais ao porte do serviço concedido, calculados anualmente pela ANEEL, considerando o valor econômico agregado pelo concessionário.

2.13. Distribuição de dividendos

A política de reconhecimento contábil de dividendos está em consonância com as normas previstas no CPC 25 e ICPC 08, as quais determinam que os dividendos propostos a serem pagos e que estejam fundamentados em obrigações estatutárias, devem ser registrados no passivo circulante.

O estatuto social da Companhia prevê que, no mínimo, 25% do lucro líquido anual seja distribuído a título de dividendos. Adicionalmente, de acordo com o estatuto social, compete ao Conselho de Administração deliberar sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio e de dividendos intermediários, que deverão estar respaldados em resultados revisados por empresa independente, contendo projeção dos fluxos de caixa que demonstrem a viabilidade da proposta.

Desse modo, no encerramento do exercício social e após as devidas destinações legais a Companhia registra a provisão equivalente ao dividendo mínimo obrigatório ainda não distribuído no curso do exercício, ao passo que registra os dividendos propostos excedentes ao mínimo obrigatório como "Proposta de distribuição de dividendo adicional" no patrimônio líquido.

Os dividendos e juros sobre o capital próprio, não reclamados no prazo de três anos, são revertidos para a Companhia.

2.14. Demais direitos e obrigações

Outros ativos e passivos, circulantes e não circulantes sujeitos à variação monetária por força de legislação ou cláusulas contratuais estão corrigidos com base nos índices previstos nos respectivos dispositivos, de forma a refletir os valores atualizados até a data das demonstrações financeiras. Os demais estão apresentados pelos valores incorridos na data de formação, sendo os ativos reduzidos de provisão para perdas e/ou ajuste a valor presente, quando aplicável.

2.15. Normas, interpretações e alterações de normas contábeis

As interpretações e alterações das normas existentes a seguir foram editadas e estavam em vigor em 31 de dezembro de 2013, entretanto, não tiveram impactos relevantes sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

CPC/IFRS:

Norma	Assunto
CPC 19 (R2)/IFRS 11	"Negócios em Conjunto"
CPC 26 (R1)/IAS 1	"Apresentação das Demonstrações Contábeis"
CPC 33 (R2)/IAS 19	"Benefícios a Empregados"
CPC 36 (R3)/IAS 10	"Demonstrações Consolidadas"
CPC 40 (R1)/IFRS 7	"Instrumentos Financeiros: Evidenciação"
CPC 45/IFRS 12	"Divulgações de Participações em Outras Entidades"
CPC 46/IFRS 13	"Mensuração do Valor Justo"

Normas novas e interpretações de normas que ainda não estão em vigor

As seguintes novas normas e interpretações de normas foram emitidas pelo IASB, porém não estão em vigor para o exercício de 2013. A adoção antecipada de normas encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

IFRS:	Assunto
IFRIC 21	"Taxas"
IFRS 9	"Instrumentos Financeiros"

3 Caixa e Equivalente de Caixa

	31/12/13	31/12/12
Caixa e Depósitos bancários à vista	10	41
Aplicações financeiras de liquidez imediata:		
Fundos de investimento	425	8.048
	435	8.089

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor justo ou de realização. As aplicações financeiras são formadas, principalmente, por Fundos de Investimentos Restritos, compostos por ativos visando melhor rentabilidade com o menor nível de risco, podendo conter diversos ativos tais como: títulos de renda fixa, títulos públicos, operações compromissadas, debêntures, CDB's, entre outros. Os valores aplicados são convertidos em cotas com atualização diária e o cálculo do saldo do cotista é feito multiplicando o número de cotas adquiridas pelo valor da cota no dia.

4 Contas a Receber de Clientes e Outros

	31/12/13	31/12/12
Títulos a receber	578	594
Total	578	594
Circulante	578	594

A composição dos prazos de vencimento:

	Saldos		Vencidos		Total	
	vincendos	Até 90 dias	Mais 90 dias	31/12/13	31/12/12	
Setor público	-	-	-	-	-	150
Setor privado	456	113	9	578	444	
Total	456	113	9	578	594	
Circulante	-	-	-	578	594	

5 Títulos e Valores Mobiliários

Agente Financeiro	Ref.	Tipo de aplicação	Vencimento	Indexador	31/12/13	31/12/12
Banco do Brasil	(a)	Fundo BB Polo	01/06/2014	CDI	-	339
			20/04/2017			
Total					-	339
Circulante					-	3
Não circulante					-	336

(a) Corresponde às aplicações no Fundo BB Polo, que não possuem prazo para resgate acima de 90 dias, com próximo vencimento em 1º de junho de 2014 e o último em 20 de abril de 2017.

6 Impostos e Contribuições a Recuperar

	Ref.	31/12/13	31/12/12
Circulante			
Imposto de renda - IR		52	43
Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL		5	6
Imposto sobre circulação de mercadorias - ICMS	(a)	5.813	4.870
Programa de integração social - PIS		4	4
Contribuição para o financiamento da seguridade social - COFINS		18	17
Total		5.892	4.940

a) ICMS a recuperar referente às operações do período que serão compensados com o imposto a recolher no exercício de 2014.

7 Depósitos Judiciais

Estão classificados neste grupo os depósitos judiciais recursais à disposição do juízo para permitir a interposição de recurso, nos termos da lei:

	31/12/13	31/12/12
Trabalhistas	8	-
Cíveis	3	-
Total	11	-

8 Recebíveis de Concessão de Serviço Público (Ativo Financeiro)

O Contrato de Concessão de Serviços Públicos de Transmissão de Energia Elétrica e aditivos posteriores, celebrados entre a União (Poder Concedente - Outorgante) e a Companhia (Operadora) regulamentam a exploração dos serviços públicos de transmissão de energia elétrica pela Companhia, onde:

- O contrato estabelece quais os serviços que o operador deve prestar;
- O contrato estabelece padrões de desempenho para prestação de serviço público, com relação à manutenção e disponibilidade da rede;
- Ao final da concessão os ativos vinculados à infra-estrutura devem ser revertidos ao poder concedente mediante pagamento de uma indenização; e
- O preço é regulado através de mecanismo de tarifa estabelecido nos contratos através da Remuneração Anual Permitida (RAP), parcela garantida pelo poder concedente para remunerar o operador.

Com base nas características estabelecidas no contrato de concessão de serviço de transmissão de energia elétrica da Companhia, a Administração entende que estão atendidas as condições para a aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 - Contratos de Concessão, a qual fornece orientações sobre a contabilização de concessões de serviços públicos a operadores privados, de forma a refletir o negócio de transmissão, abrangendo:

- (a) Parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente.
- (b) Parcela referente a recebíveis, junto ao poder concedente, que incondicionalmente pela construção, disponibilização e entrega de rede de transmissão, tem de entregar, direta ou indiretamente, caixa ou equivalentes de caixa. Esses valores são mensurados pelo método de fluxos de caixa futuros estimados de tarifas (RAP), descontados pela taxa interna de retorno do projeto.
- (c) Reconhecimento da receita de operação e manutenção em montante suficiente para fazer face aos custos para cumprimento das obrigações de operação e manutenção previstas em contrato de concessão.
- (d) Reconhecimento da Receita Financeira sobre os direitos de recebíveis junto ao poder concedente decorrente da remuneração pela taxa interna de retorno do projeto.

A infra-estrutura recebida ou construída da atividade de transmissão é recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber: (a) parte através de valores a receber garantidos pelo poder concedente relativa à remuneração anual permitida (RAP) durante o prazo da concessão. Os valores da RAP garantida são determinados pelo Operador Nacional do Setor Elétrico - ONS conforme contrato e recebidos dos participantes do setor elétrico por ela designados pelo uso da rede de transmissão disponibilizada; e (b) parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, esta a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa. Essa indenização será efetuada com base nas parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda com vida útil, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido e foi determinada conforme demonstrado a seguir:

	Ref.	31/12/13	31/12/12
Recebíveis	(a)	86.873	54.443
Indenização	(b)	10.452	12.912
Total		97.325	67.355
Circulante		9.042	5.361
Não circulante		88.283	61.994

a) Valores de fluxo de caixa futuros projetados descontados a taxa interna de retorno do projeto de parcelas tarifárias correspondentes a remuneração pela infra-estrutura (RAP).

b) Parcela de valores residual de ativos permanentes ao fim do contrato de concessão.

	31/12/13	31/12/12
Saldos em 01 de janeiro de 2012	52.682	12.842
Adições		(4.549)
Amortização/reversão		6.380
Atualização monetária / valor justo		
Saldos em 31 de dezembro de 2012	67.355	67.355
Adições		24.061
Amortização/reversão		(3.920)
Atualização monetária / valor justo		9.829
Saldos em 31 de dezembro de 2013	97.325	97.325

9 Fornecedores

A composição do saldo em 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012 é como segue:

Fornecedores	31/12/13	31/12/12
Materiais e serviços	1.917	514
Terceiros	1.831	514
Partes relacionadas (Nota 21)	86	-
Total	1.917	514
Circulante	1.917	514

10 Empréstimos e Financiamentos

Composição da dívida	Taxa efetiva	Encargos	Circulante	Circulante	Principal Não circulante	Total
Moeda nacional						
Banco do Brasil	13,55% a.a./		89	4.859	34.146	39.094
	13,76% a.a.					36.910
Total moeda nacional			89	4.859	34.146	39.094
Total			89	4.859	34.146	39.094

Os vencimentos das parcelas a longo prazo são os seguintes:

	31/12/13	31/12/12
2015	5.679	4.859
2016	5.736	4.859
2017	5.736	4.859
2018	5.736	4.859
Após 2018	11.259	7.693
Total obrigações	34.146	31.988
Total	34.146	31.988

A mutação de empréstimos e financiamentos, os quais são integralmente denominados em moeda nacional, está como segue:

	Moeda nacional		Total
	Passivo circulante	Não circulante	
Saldos em 01 de janeiro de 2012	2.383	36.847	39.230
Encargos	1.727	-	1.727
Transferências	4.859	(4.859)	-
Amortizações e pagamentos de juros	(4.047)	-	(4.047)
Saldos em 31 de dezembro de 2012	4.922	31.988	36.910
Ingressos	-	7.017	7.017
Encargos	1.661	-	1.661
Transferências	4.859	(4.859)	-
Amortizações e pagamentos de juros	(6.494)	-	(6.494)
Saldos em 31 de dezembro de 2013	4.948	34.146	39.094

O financiamento com o Banco do Brasil apresenta as seguintes garantias: caução de ações dos acionistas, cessão condicional dos contratos, penhor dos direitos relacionados à concessão.



11 Taxas Regulamentares

	Ref.	31/12/13	31/12/12
Reserva Global de Reversão - RGR		19	12
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDC		3	3
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	(a)	51	28
Taxa de Fiscalização Serviço Público de Energia Elétrica - TFSEE		1	(4)
Ministério de Minas e Energia - MME		2	2
Total		76	41
Circulante		72	40
Não circulante		4	1

a) A Companhia reconheceu passivos relacionados a valores já faturados em tarifas (1% da Receita Operacional Líquida), com o objetivo de serem aplicados nos Programas de Pesquisa e Desenvolvimento - P&D, atualizados mensalmente, a partir do 2º mês subsequente ao seu reconhecimento até o momento de sua efetiva realização, com base na Taxa SELIC, conforme as Resoluções ANEEL n's 300/2008 e 316/2008.

12 Impostos e Contribuições a Recolher

	31/12/13	31/12/12
Circulante		
Imposto de renda - IR	22	-
Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL	16	2
Imposto sobre circulação de mercadorias - ICMS	34	-
Programa de integração social - PIS	3	3
Contribuição para o financiamento da seguridade social - COFINS	14	1
Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS	-	2
Imposto sobre serviços - ISS	56	-
Impostos e contribuições retidos na fonte	83	4
Total	228	12

13 Dividend



20 Gestão de Risco Financeiro

Em atendimento à Deliberação CVM nº 604, de 19 de novembro de 2009, que aprovou os Pronunciamentos Técnicos CPC 38, 39 e 40 e à Instrução CVM nº 604, de 19 de novembro de 2009, a Companhia efetuou uma avaliação de seus instrumentos financeiros, inclusive os derivativos.

Considerações gerais e políticas

A administração dos riscos financeiros da Companhia segue o proposto na Política Financeira do Grupo que foi aprovada pelo Conselho de Administração da *holding*. Dentre os objetivos dispostos na Política estão: proteção de 100% da dívida em moeda estrangeira, o financiamento dos investimentos da Companhia com Bancos de Fomento, alongamento de prazos, desconcentração de vencimentos e diversificação de instrumentos financeiros. Além dessa Política a empresa monitora seus riscos através de uma gestão de controles internos que tem como objetivo o monitoramento contínuo das operações contratadas, proporcionando maior controle das operações realizadas pelas empresas do grupo.

Com relação às aplicações financeiras, a Companhia segue a Política de Crédito do Grupo que estabelece limites e critérios para avaliação e controle do risco de crédito ao qual a empresa pode estar exposta. De acordo com essa política, a seleção das instituições financeiras considera a reputação das instituições no mercado e as operações são realizadas ou mantidas apenas com emissores que possuem rating considerado estável ou muito estável.

Gestão do Capital Social

A Companhia promove a gestão de seu capital através de políticas que estabelecem diretrizes qualitativas aliadas a parâmetros quantitativos que visam a monitorar seu efetivo cumprimento.

A gestão do capital consiste em estabelecer níveis de alavancagem que maximizam valor para a empresa, considerando o benefício fiscal da dívida, o custo de endividamento e todos os diversos aspectos envolvidos na definição da estrutura ótima de capital.

Não houve alterações dos objetivos, políticas ou processos durante os períodos de 31 de dezembro de 2013 e 2012.

Em 31 de dezembro de 2013, os principais instrumentos financeiros estão descritos a seguir:

- Caixa e equivalentes de caixa - são valores considerados como mantidos para negociação e por isso classificados como mensurados a valor justo por meio do resultado.
- Títulos e valores mobiliários - representam os fundos restritos compostos por papéis com prazo para resgate acima de 90 dias, considerados como mantidos para negociação e classificados como mensurados a valor justo por meio do resultado.
- Concessão do Serviço Público (Ativo Financeiro) - Recebíveis de Transmissão - Composto pelos recebíveis garantidos por contrato junto ao poder concedente pela construção dos ativos de transmissão disponibilizados ao Sistema Interligado Nacional - SIN. Estão mensurados pelo custo amortizado dado pela projeção dos fluxos de caixa contratual descontado pela taxa de retorno do projeto.
- Contas a receber de clientes e outros - decorrem diretamente das operações da Companhia, são classificados como empréstimos e recebíveis, e estão registrados pelos seus valores originais, sujeitos a provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável.
- Fornecedores - decorrem diretamente das operações da Companhia e são classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo.
- Empréstimos e financiamentos - O principal propósito desse instrumento financeiro é gerar recursos para financiar os programas de expansão da Companhia e eventualmente gerenciar as necessidades de seus fluxos de caixa no curto prazo.

O quadro a seguir apresenta os valores dos instrumentos financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2013 e 2012:

	Ativos (Passivos)			
	31/12/13		31/12/12	
	Contábil	Mercado	Contábil	Mercado
Ativo				
Caixa e equivalentes de caixa	435	435	8.089	8.089
Títulos e valores mobiliários	-	-	339	339
Contas a receber de clientes e outros	578	578	594	594
Passivo				
Fornecedores	(1.917)	(1.917)	(514)	(514)
Empréstimos em moeda nacional				
Banco do Brasil (NCC)	(39.094)	(39.094)	(36.910)	(36.910)

O Valor justo de um instrumento financeiro é o montante pelo qual o mercado precifica determinados ativos e passivos financeiros, considerando o não favorecimento das partes envolvidas.

A Administração da Companhia entende que valor justo de contas a receber e fornecedores, por possuir a maior parte dos seus vencimentos no curto prazo, já está refletido em seu valor contábil. Assim como para os títulos e valores mobiliários classificados como mantidos até o vencimento. Nesse caso a companhia entende que o seu valor justo é similar ao valor contábil registrado, pois estes têm taxas de juros indexadas à curva DI (Depósitos Interfinanceiros) que reflete as variações das condições de mercado.

Para os passivos financeiros classificados e mensurados ao custo amortizado a metodologia utilizada é a de taxas de juros efetiva. Na maioria dos casos, essas operações foram fechadas com bancos de fomento ou agentes repassadores de linhas subsidiadas. Essas operações são bilaterais e não possuem mercado ativo nem outra fonte similar com condições comparáveis as já apresentadas que possa ser parâmetro a determinação de seus valores justos. Dessa forma, o Grupo entende que os valores contábeis refletem o valor justo da operação.

Os ativos financeiros classificados como mensurados a valor justo estão aplicados em fundos restritos, dessa forma o valor justo está refletido no valor da cota do fundo. Os assets possuem suas metodologias de marcação a mercado, em conformidade com o Código ANBIMA de Regulação e Melhores práticas.

A mensuração contábil da indenização e dos recebíveis decorrente da concessão é feita mediante a aplicação de critérios regulatórios contratuais e legais já descritos no item 2.10 desta demonstração. Para esses ativos não existe mercado ativo, e uma vez que todas as características contratuais estão refletidas nos valores contabilizados, o Grupo entende que o valor contábil registrado reflete os seus valores justos.

O quadro a seguir apresenta o valor contábil e justo dos instrumentos financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012, classificados pelas categorias de instrumentos financeiros, conforme disposto no CPC 38 e a comparação com os seus valores justos:

	31/12/13		31/12/12	
	Contábil	Valor Justo	Contábil	Valor Justo
Ativo financeiro (Circulante/Não circulante)				
Empréstimos e recebíveis	9.620	9.620	5.955	5.955
Contas a receber de clientes e outros	578	578	594	594
Concessão do Serviço Público - Recebíveis Transmissoras	9.042	9.042	5.361	5.361
Mensurados pelo valor justo por meio do resultado	435	435	8.428	8.428
Caixa e equivalentes de caixa	435	435	8.089	8.089
Passivo financeiro (Circulante/Não circulante)				
Mensurado pelo custo amortizado	(41.011)	(41.011)	(37.424)	(37.424)
Fornecedores	(1.917)	(1.917)	(514)	(514)
Empréstimos e financiamentos	(39.094)	(39.094)	(36.910)	(36.910)

Hierarquia de Valor Justo

A tabela abaixo apresenta os instrumentos financeiros classificados como mensurados a valor justo por meio do resultado, de acordo com o nível de mensuração de cada um, considerando a seguinte classificação:

	31/12/13			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos				
Mantidos para negociação				
Caixa e equivalentes de caixa	10	425	-	435
	10	425	-	435

Nível 1 - Mercado Ativo: Preço cotado (sem ajustes) em mercado; e

Nível 2 - Sem Mercado Ativo: outros dados além dos cotados em mercado (Nível 1) que podem precificar as obrigações e direitos, direta (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços).

Nível 3 - Sem Mercado Ativo: dados para precificação não presente em mercado.

Fatores de risco:

- Riscos financeiros
- ✓ Risco de taxa de juros

Este risco é oriundo da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívida, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado, ou diminuam a receita financeira relativas às aplicações financeiras da Companhia. Ainda assim, a Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de proteção contra o risco de volatilidade dessas taxas.

A Companhia possuía, em 31 de dezembro de 2013, aplicações financeiras atreladas ao CDI.

A análise de sensibilidade demonstra os impactos no resultado da Companhia de uma possível mudança nas taxas de juros, mantendo-se todas as outras variáveis constantes.

A tabela abaixo demonstra a perda (ganho) que poderá ser reconhecida no resultado da Companhia no exercício seguinte, caso ocorra um dos cenários apresentados abaixo:

Operação	Indexador	Risco	Taxa no Cenário			
			período	Saldo provável	(II)	(III)
ATIVOS FINANCEIROS						
Aplicações financeiras em CDI	CDI	Queda do CDI	8,05%	425	35	26
Para o cálculo dos valores nos cenários acima, foram projetados os encargos e rendimentos para o trimestre seguinte. Para os encargos de dívida foi considerada, no cenário provável, a projeção de taxa de juros divulgada pela BM&FBOVESPA para o período. No cenário II esta projeção foi majorada em 25% e no cenário III a curva foi majorada em 50% em relação ao cenário provável.						
Para os rendimentos das aplicações financeiras, foi considerada a projeção do CDI da BM&FBOVESPA para o período no cenário provável, uma redução de 25% no CDI projetado para o cenário II e uma redução de 50% para o cenário III.						
✓ Riscos de liquidez						

O risco de liquidez é caracterizado pela possibilidade da Companhia não honrar com seus compromissos no vencimento. Este risco é controlado, através de um planejamento criterioso dos recursos necessários às atividades operacionais e à execução do plano de investimentos, bem como das fontes para obtenção desses recursos. O permanente monitoramento do fluxo de caixa da empresa, através de projeções de curto e longo prazo, permite a identificação de eventuais necessidades de captação de recursos, com a antecedência necessária para a estruturação e escolha das melhores fontes.

A Política Financeira adotada pela Companhia busca constantemente a mitigação do risco de liquidez, tendo como principais pontos o alongamento de prazos dos empréstimos e financiamentos, desconcentração de vencimentos e diversificação de instrumentos financeiros.

Havendo sobras de caixa são realizadas aplicações financeiras para os recursos excedentes com base na Política de Crédito do Grupo Neoenergia, com o objetivo de preservar a liquidez e mitigar o risco de crédito (atribuído ao rating das instituições financeiras).

Em 31 de dezembro 2013 a Companhia mantinha um total de aplicações no curto prazo de R\$ 425 mil em fundos restritos.

A tabela abaixo demonstra o valor contábil dos fluxos de obrigações da Companhia, com empréstimos, financiamentos e fornecedores, por faixa de vencimento, correspondente ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento.

Valor contábil	Fluxo de caixa contratual total	31/12/13					Acima de 5 anos
		2014	2015	2016	2017		

Passivos financeiros não derivativos:

Empréstimos e financiamentos	(39.094)	(28.816)	(6.010)	(4.962)	(4.735)	(4.538)	(8.572)
Fornecedores	(1.917)	(1.917)	(1.917)	-	-	-	-
• Riscos operacionais							
✓ Risco de crédito							

O risco surge da possibilidade das Companhias do Grupo virem a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de converter em caixa seus ativos financeiros.

Para os ativos financeiros oriundos da atividade realizada pela Companhia existem limitações impostas pelo ambiente regulado, onde cabe a esse agente determinar alguns processos operacionais e administrativos, dentre eles, políticas de cobrança e mitigação dos riscos de crédito de seus participantes. Este risco também é reduzido em função da Companhia manter contratos de fornecimentos de energia com empresas sólidas, sendo seu principal cliente uma empresa relacionada.

Para os demais ativos financeiros classificados como caixa e equivalentes e títulos e valores mobiliários a companhia segue as disposições da Política de Crédito do Grupo que tem como objetivo a mitigação do risco de crédito através da diversificação junto às instituições financeiras, centralizando as aplicações em instituições de primeira linha. As aplicações da Companhia são concentradas em fundos restritos para as empresas do Grupo, e têm como diretriz alocar ao máximo os recursos em ativos com liquidez diária.

Garantias e outros instrumentos de melhoria de créditos obtidos

De uma forma geral, por questões econômicas ou regulatórias, não são tomadas garantias físicas ou financeiras dos créditos obtidos nas atividades fins da Companhia, o Contas a receber de clientes e outros.

Sua principal exposição de risco de crédito é oriunda da possibilidade da empresa vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados. Para reduzir esse tipo de risco e para auxiliar no gerenciamento do risco de inadimplência, a Companhia monitora as contas a receber realizando diversas ações de cobrança. Além disso, os clientes inadimplentes são cadastrados no Operador Nacional do Sistema (ONS).

A seguir, demonstramos a exposição total de crédito detida em ativos financeiros da Companhia. Os montantes estão demonstrados em sua integralidade sem considerar nenhum saldo de provisão de redução para recuperabilidade do ativo.

	31/12/13	31/12/12
Mensurados pelo valor justo por meio do resultado		
Caixa e equivalentes de caixa	435	8.089
Títulos e valores mobiliários	-	339
Empréstimos e recebíveis		
Contas a receber de clientes e outros	578	594
Concessão do Serviço Público - Recebíveis Transmissoras	9.042	5.361
✓ Risco quanto à escassez de energia		

O Sistema Elétrico Brasileiro é abastecido predominantemente pela geração hidrelétrica. Um período prolongado de escassez de chuva, durante a estação úmida, reduzirá o volume de água nos reservatórios dessas usinas, trazendo como consequência o aumento no custo da aquisição de energia no mercado de curto prazo e na elevação dos valores de Encargos de Sistema em decorrência do despacho das usinas termelétricas. Numa situação extrema poderá ser adotado um programa de racionamento, que implicaria em redução de receita. No entanto, considerando os níveis atuais dos reservatórios, as usinas térmicas disponíveis e as últimas simulações efetuadas, o Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS não prevê para o próximo ano um novo programa de racionamento.

21 Seguros

A especificação por modalidade de risco e data de vigência dos principais seguros, de acordo com os corretores de seguros contratados pela Companhia está demonstrado a seguir:

Riscos	Data da vigência	Consolidado	
		Importância	Prêmio (R\$)
Riscos Nomeados - Subestações e Usinas	08/10/2013 a 08/10/2014	54.293	55
Responsabilidade Civil Geral - Operações	08/10/2013 a 08/10/2014	50.000	10
Os seguros da Companhia são contratados conforme as respectivas políticas de gerenciamento de riscos e seguros vigentes, com as principais apólices descritas a seguir:			
Apólice de Seguro de Riscos Operacionais - imóveis próprios, locados (de/ou para terceiros), almoxarifados, subestações e usinas - pela apólice contratada estão cobertos os principais equipamentos das subestações e usinas, com seus respectivos valores segurados e limites máximos de indenização. Tem cobertura securitária para todos os riscos (seguro do tipo "all risks") exceto os expressamente excluídos na apólice.			
Apólice de Seguro de Responsabilidade Civil Geral - cobertura para reparações por danos involuntários, pessoais e/ou materiais causados a terceiros, em consequência das operações comerciais da Companhia. O limite máximo de indenização da apólice tanto para um único evento quanto para uma combinação de eventos é de R\$ 50.000.			

MEMBROS DA ADMINISTRAÇÃO

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Marco Geovanne Tobias da Silva

Presidente

Mario José Ruiz-Tagle Larrain

Vice-Presidente

Titulares

Jose Maurício Pereira Coelho

Solange Maria Pinto Ribeiro

Eduardo Capelastegui Saiz

Suplentes

Jorge Luiz Pacheco

André Luis Dantas Furtado

Lara Cristina Ribeiro Piau Marques

DIRETORIA

Alejandro Roman Arroyo

Diretor-Presidente

Erik da Costa Breyer

Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

José Eduardo Pinheiro Santos Tanure

Diretora Regulação

Elvira Baracuhy Cavalcanti Presta

Diretor de Planejamento e Controle

Lady Batista de Moraes

Diretora de Gestão de Pessoas

Cristiane Duarte Tavares

CRC RJ - 092950/O-5

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES DA COMPANHIA

Os diretores da Companhia declaram que reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes e que reviram, discutiram e concordam com as Demonstrações Financeiras da SE Narandiba S.A.

Rio de Janeiro, 20 de março de 2014

Alejandro Roman Arroyo - **Diretor-Presidente**

Erik da Costa Breyer

Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

José Eduardo Pinheiro Santos Tanure

Diretor de Regulação

Elvira Baracuhy Cavalcanti Presta

Diretora de Planejamento e Controle

Lady Batista de Moraes

Diretora de Gestão de Pessoas

MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração da SE Narandiba S.A. tendo examinado, em reunião nesta data, as Demonstrações Financeiras relativas ao Exercício Social de 2013, compreendendo o relatório da administração, o balanço patrimonial, as demonstrações do resultado, de mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, complementadas por notas explicativas, bem como a proposta de destinação de lucro, ante os esclarecimentos prestados pela Diretoria e pelo contador da Companhia e considerando, ainda, o relatório dos auditores independentes PricewaterhouseCoopers, aprovou os referidos documentos e propõe sua aprovação pela Assembleia Geral Ordinária da Companhia.

Rio de Janeiro, 21 de março de 2014.

Jorge Luiz Pacheco (suplente)

José Maurício Pereira Coelho

Solange Maria Pinto Ribeiro

Mario José Ruiz-Tagle Larrain

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas

SE Narandiba S.A.

Examinamos as demonstrações financeiras da SE Narandiba S.A. ("SE Narandiba" ou "Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da SE Narandiba S.A. em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Rio de Janeiro, 20 de março de 2014



PricewaterhouseCoopers

Auditores Independentes

CRC 2SPO00160/O-5 "F" RJ

Guilherme Naves Valle

Contador

CRC 1MG070614/O-5 "S" RJ